

Comunicação Comunitária Indígena: o caso do Ororubá Filmes no povo Xukuru do Ororubá¹

Dina Tatiana Quintero Quintero²
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

“Acima do medo, coragem”
Cacique Xicão Xukuru

RESUMO

O propósito do surgimento da comunicação comunitária desde a perspectiva de direito à comunicação e construção de cidadania abriu espaço, neste artigo, à apresentação do “Ororubá filmes”, o projeto de comunicação comunitária do povo indígena Xukuru do Ororubá de Pesqueira/PE. Neste sentido, o objetivo foi analisar essa experiência comunicacional pelo método da análise de conteúdo de Laurence Bardin, a partir do levantamento da produção veiculada pela plataforma *YouTube*, analisando, ao total, 69 vídeos nos quais se verificou o tema mais recorrente “Organização educativa e sócio-política”. Constatamos assim, que o objetivo que motivou a criação da Ororubá Filmes mantém-se refletido nas produções atualmente, apontando às demandas da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à comunicação. Comunicação comunitária. Comunicação indígena. Xukuru do Ororubá.

Introdução

Este artigo pretende investigar o processo de comunicação comunitária indígena que se desenvolve no povo Xukuru do Ororubá na cidade de Pesqueira, em Pernambuco. Desde 2008, o projeto “Ororubá filmes” se confirma como experiência comunicacional que desenvolve produções de mídias feitas pelo povo, em seu território e para atender suas demandas próprias. O “Ororubá Filmes” possui um canal no *YouTube* denominado “Ororubá Filmes”, uma página homônima no *Facebook* e no *Instagram*, além de um *Podcast*, o “Ororubá Cast: um sinal de fumaça do povo Xukuru”.

Para esta ocasião, traçamos como objetivo analisar o conteúdo da produção audiovisual veiculada na plataforma *online YouTube*, no canal “Ororubá Filmes”. Foram considerados 69 vídeos que datam a partir do 21 de novembro de 2019 até 17 de junho de 2021, recorte de período que se justifica desde a criação do canal até as produções mais

¹ Artigo apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM.

² Mestranda em Comunicação pelo programa da UFPE e bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco FACEPE, e-mail: dina.tatiana.quintero@gmail.com

recentes. Visualizamos e estudamos o material como pesquisa qualitativa, classificando-os pelo método de análise de categorização os principais temas abordados na busca de recorrência, em detrimento de ausência, procurando ou impondo certa organização às mensagens. “Agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.” (Bardin 2011, p. 147) Laurence Bardin explica que o critério de objetividade, ao se tornar menos rígido, possibilitou o uso combinatório entre estatística e análise descritiva, isto quer dizer que o método não se limita à pesquisas quantitativas unicamente, mas que abrange pesquisa qualitativa no uso de complementos descritivos no processo de categorização, como implementado neste caso. Este documento é fragmento de uma pesquisa mais abrangente que procura apontar os impactos da comunicação comunitária indígena na comunidade em que se desenvolve.

A história da comunicação indígena na Abya Yala³, no Nupirau⁴ ou América latina é uma história de descolonização da imagem, da linguagem audiovisual e dos processos em si. A tarefa direta ou indiretamente é, de forma paulatina, dar fim ao regime de dominação audiovisual imposto pela colonização, que se moldou forçadamente com olhares, vozes e perspectivas unilaterais, e hoje, esses relatos estão sendo desconstruído pelos próprios sujeitos representados. Esta história veio da mão de processos de conquistas de direitos e do espaço comunicacional que foram e seguem sendo realizados de forma gradual, com episódios baseados em lutas populares, em resistência, para a manutenção dos mesmos e em resiliência diante das adversidades para evitar retrocessos.

Apresentamos uma breve passagem do surgimento do direito à comunicar e, como consequência, da luta por direito à comunicação e a eclosão da comunicação comunitária, pretendendo revelar as bases para o nascimento do projeto “Ororubá Filmes”. Posteriormente, será feito um desdobramento pela reivindicação de uma comunicação perspectivada, a “Comunicação Indígena”, que se produz a partir da heterogeneidade das cosmovisões dos diferentes povos. Na sequência abordaremos a análise de conteúdo do material audiovisual da “Ororubá Filmes” veiculado pela plataforma *online YouTube*, pretendendo apontar as temáticas dos conteúdos produzidos na tentativa de entender as demandas da comunidade por meio delas.

³ Denominação da América Latina pelo movimento panindígena latinoamericano. Na língua Kuna significa: “Terra em plena maturidade”

⁴ Denominação da América Latina na língua Mhuysqa, significa: “Por onde tem grandeza e abundancia de água que se expande pelas raízes”

Direito à comunicação: a reivindicação

Os direitos humanos foram conquistados e constituídos a partir de reivindicações em vários episódios históricos mundiais, classificando-se ao longo do tempo em gerações e se tornando institucionais. Os direitos de primeira geração são relatados por Liszt Vieira (2000, p. 22-23) como os direitos civis e políticos, conceituando estes principalmente a liberdade, reivindicando autonomia do indivíduo como intimidade, propriedade e participação política. Já na segunda geração, a partir da metade do século XX, Vieira (Ibid.) destaca os direitos sociais, relacionados à ideia de igualdade, como saúde e educação. O autor prossegue fazendo referência à terceira geração de direitos humanos conquistada antes de finalizar o mesmo século, os direitos de solidariedade ou fraternais, que já não se referem ao indivíduo, mas sim à coletividade, aos grupos humanos que se reconhecem com diferenças como as de gênero, as raciais, entre outras, reivindicando principalmente um ambiente equilibrado. Uma quarta geração faria referência ao impacto da globalização nos direitos e à bioética, como regulamentação de alterações genéticas. Entendendo-se de forma abrangente, que uma geração não supera a outra, mas que a complementa.

Cicilia Peruzzo afirma que o direito de comunicar “é colocado como um direito de terceira geração, pois se desloca da noção de direito do indivíduo para o coletivo” (2009, p. 38), assegurando que o fato de anunciar a comunicação como direito humano configura um grande avanço na concepção de cidadania, posto que a comunicação era imperceptível nas dimensões clássicas da cidadania.

O debate como tal sobre o direito à comunicação se fazia latente na segunda metade do século XX. Em 1976 se celebrava a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina, realizado em Costa Rica; países da África e Ásia, recém-independentes, também debatiam diálogos pautados na dignidade humana e nas diferenças, mas tudo isso submerso num contexto de controle dos fluxos internacionais de informação e nas desigualdades sociais e tecnológicas acentuadas pela globalização, onde,

Se difundiam a visão de mundo e o modo de vida dos Estados Unidos e de países europeus, que caracterizam uma forma de dominação cultural, ao mesmo tempo em que se impedia a circulação mundial da informação proveniente de fontes latinas, africanas e asiáticas e até mesmo entre os países dessas regiões. (Cicilia Peruzzo, 2009, p. 37).

Assim, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) cria a “Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação”,

encabeçada por MacBread, resultando do trabalho da comissão ao longo de três anos, o *Informe McBride* ou “Um Mundo, Muitas Vozes”⁵ (MacBread, 1980). O documento incentiva à reflexão dos conceitos de democracia na comunicação por meio da reciprocidade, mas adverte que sem a participação e interlocução ativa na tomada de decisões na programação dos meios de comunicação social, uma democratização real não poderá concretizar-se.

Neste sentido, só se faz possível a conquista, a manutenção e a reivindicação de direitos através da organização ou do grau de organização civil do momento, pois

Nenhum poder, seja ele do capital, do legislador ou do executivo governamental, concede avanços de benefícios aos pobres ou desprovidos de possibilidade de desfrutar de condições adequadas para realização plena dos direitos humanos se não houver demonstração inequívoca de sua capacidade de articulação, consciência e resistência política (Peruzzo 2009, p. 38).

Essas mudanças se atrelam diretamente à aquisição de consciência cidadã, quer dizer, do gozo de direitos, da necessidade de construção de sociedade, de participação direta de tomada de decisões e assim mesmo de demandas, mesmo que não sejam efetivadas na prática.

Mídia Hegemônica e a Contramão nas Mídias: a Comunicação Comunitária

Os *mass media*, ou meios de comunicação de massa, são aqueles capazes de impactar um grande número de pessoas, usualmente denominados como “meios de comunicação hegemônicos”. É possível, nessa linha, compreender que a relação dos meios de comunicação hegemônicos com a classe dominante, com a classe que por vez detém a hegemonia cultural, é de total colaboração, procurando geralmente ser aliados.

O preço da consolidação desses meios como hegemônicos resulta num interminável círculo de favores que interessam a esses dois lados, promovendo a sistematização e disseminação de determinada cultura, consensos e dissensos na produção simbólica dos seus conteúdos, possuindo o poder inquestionável de formar opinião, de produzir narrativas específicas de mundo, de moldar e categorizar grupos sociais, além de possuir força política capaz de selecionar quem ou o que deve ou não ser midiaticizado. Tornay Marquez aponta que “[...] os meios de comunicação atuam como um canal prestigiador que situa no espaço público

⁵ Documento titulado no Brasil como: Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação em nossa época, publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em 1983.

o que é digno de ser escutado, visto, representado” (2019, p. 167. Tradução Nossa)⁶. Compreendendo que Comunicação é poder, quem controla os grandes meios de comunicação colabora na construção da memória da sociedade e na criação de símbolos e discursos sobre seus sujeitos.

Apesar de veicularem discursos muitas vezes preconceituosos e superficiais, a narrativa dos meios de comunicação hegemônicos é legitimada e possui credibilidade diante de grande parte da sociedade. Portanto, possuem extrema responsabilidade na elaboração das representações sociais e na construção das narrativas.

Nesse sentido, a ideia de que o discurso da mídia é o discurso do senso comum - elaborado e veiculado como verdade, em razão do princípio da autoridade - marca definitivamente a relação entre coisa e signo (objeto e representação). (Braga; Campos, 2012, p. 501).

Consequentemente, grupos sociais indígenas, bem como demais grupos subalternizados, não possuem espaço nesse tipo de mídia, e quando possuem são sub-representados em uma categoria homogênea e indiferenciada que não reconhece a heterogeneidade e a multiplicidade dos grupos, nem dos seus sujeitos. A respeito disso encontramos a reflexão de Stuart Hall (2016) quando comenta que: “(...)A palavra não existe em um idioma neutro ou impessoal, na verdade ela existe na boca de outras pessoas, servindo às intenções de outras pessoas: é de lá que devemos tomar a palavra e torná-la nossa” (Hall 2016, p. 155). Isto vem da análise das formas típicas de práticas representacionais, onde apresenta a abordagem teórica de Mikhail Bakhtin referente à importância da diferença, quem argumenta que a sociedade precisa dela, porque somente pode ser construído significado através de um diálogo com o “outro”. “Na linguagem, a metade da palavra pertence ao outro. Ela somente se torna a “própria palavra” quando (...) o falante se apropria dela adaptando-a à sua própria intenção de expressão semântica.” (Hall, 2016, p. 155). Neste contexto, tomaremos como o exercício de reivindicação desses grupos subalternizados o direito de poder falar sobre eles mesmos, de sair do lugar de sujeito representado para o sujeito que se auto representa, criando assim discursos autônomos que constroem valores simbólicos e sentidos próprios por meio da comunicação comunitária.

⁶ [...] los medios de comunicación actúan como un canal prestigiador que sitúa en el espacio público lo que es digno de ser escuchado, visto, representado.

A comunicação comunitária, que tem sua origem na década de 70 com a luta dos movimentos sociais é, de acordo com Peruzzo (2008) “aquela desenvolvida de forma democrática por grupos subalternos em comunidades, bairros, espaços *on-line*, por exemplo, segundo seus interesses, necessidades e capacidades. É feita pela e para a comunidade” (2008a, p. 2). A comunicação comunitária tem sido utilizada estrategicamente por várias categorias de movimentos sociais na contestação de direitos, na promoção da cidadania e na transformação social, além de estar “cumprindo importante papel na democratização da comunicação e da sociedade.” (Peruzzo 2009, p. 41). Trata-se de uma comunicação que possui dimensão política, educativa, popular, participativa e democrática, estabelecendo uma verdadeira disputa de sentidos com os grandes meios de comunicação. Para Elisa Garcia Mingo (2016), “Os povos indígenas, como os movimentos sociais, têm posto em crise as formas de organização social, o pensamento e a sensibilidade da modernidade crioula” (2016, p. 125. Tradução Pessoal)⁷. Cicilia Peruzzo revela a importância do exercício deste direito na promoção da cidadania: “A cidadania avança na medida da consciência do direito a se ter o direito à comunicação e da capacidade de ação e articulação daqueles a quem ela se destina.” (2009, p. 42).

Comunicação Indígena: Indigenizando as Mídias

Na década de 90, o direito à Comunicação torna-se oficialmente uma demanda dos povos indígenas (Márquez, 2019, p. 165) que começam gradualmente a enxergar nas mídias alternativas e comunitárias um meio de contornar a eterna e devastadora invisibilidade imposta pelos meios de comunicação hegemônicos, uma oportunidade palpável e efetiva para comunicar suas demandas e, ao mesmo tempo, conquistar cidadania. Tais meios de comunicação são utilizados para o fortalecimento cultural e identitário desses povos.

A violência da representação levada a cabo pelos meios de comunicação e a necessidade de contar com espaços próprios de enunciação, fizeram com que o acesso a esses meios se convertessem em uma demanda dos povos e nacionalidades indígenas em um contexto em que a exigência do respeito à diversidade cultural e à gestão da especificidade se somaram a outras

⁷ Los Pueblos Indígenas, en tanto que movimientos sociales, han puesto en crisis las formas de organización social, el pensamiento y en la sensibilidad de la modernidad criolla.

demandas de ordem econômica e material. (Márquez, 2019, p. 167. Tradução Nossa)⁸.

Os povos indígenas estão realizando uma verdadeira revolução em nosso modo tradicional de ver, através de uma produção midiática perspectívada. A comunicação indígena trabalha em favor da descolonização da palavra e da imagem ao fomentar produções midiáticas a partir de sua própria cosmovisão.

Constatam-se formas de pensar, produzir e exibir audiovisual baseadas em processos estruturais que possivelmente nunca teriam se concebido se não fossem apresentados por esses povos, processos que causam estranhamento nas culturas não indígenas. A exemplo disso temos os povos Muisca (*Mhuysqa*), localizados no altiplano andino da cordilheira oriental cundiboyacense, na Colômbia, onde necessariamente antes de adentrar a registrar locais naturais, se deve render uma permissão a Chiminigagua, porque cada ser ali plantado é uma deidade, no caso de o local ter presença de nascedouros de água, lagoas ou poços, o pedido de permissão deve ser feito novamente direcionado a Bachué ou Furachogua, mãe da criação nascida das águas. Já no caso dos povos indígenas Arhuacos, assentados na *Sierra Nevada de Santa Marta*, ao norte colombiano, toda produção, principalmente imagética, deve passar pelos *Mamos*, ou conselheiros e conselheiras mais velhos da comunidade para sua avaliação, aprovação e ritual de selamento antes de poder dar continuidade ao tratamento do material, isso por defender que pensamentos⁹ podem ser levados junto às imagens. Para os Kumuã Ye'pamahsã do Alto Rio Negro, na região do Noroeste Amazônico, os peixes são considerados sujeitos ancestrais¹⁰, porém, qualquer tipo de registro feito tem que ser tratado com a devida atenção e cuidado.

Já no caso do povo indígena Xukuru do Ororubá, localizado na zona rural do agreste pernambucano na cidade de Pesqueira no Brasil, tem-se o hábito, por respeito, nos inícios de qualquer atividade que plasme sua espiritualidade, seja ela escrita, sonora ou visual, pedir

⁸ No original: “La violencia de la representación llevada a cabo por los medios y la necesidad de contar con espacios propios de enunciación, hicieron que el acceso a los medios de comunicación se convirtiera en una demanda de los pueblos y nacionalidades indígenas en un contexto en el que la exigencia del respecto a la diversidad cultural y la gestión de la especificidad étnica se sumaron a otras demandas de orden económico y material.”

⁹ Na cultura dos povos Arhuacos, os pensamentos têm uma grande relevância, onde da concepção deles deve emanar: o equilíbrio, a simetria e as leis de conservação como princípio básico da ordem no universo.

¹⁰ Recomenda-se ler o livro de João Paulo Barreto Yepamahsã: “Waimahsã: peixes e humanos”.

força e bons direcionamentos a Pai Tupã e Mãe Tamain, protetora dos Xukuru, além dos encantados¹¹. As perspectivas colocadas anteriormente, estimam que

O surgimento de culturas audiovisuais não ocidentais supõe uma oportunidade única para desconstruir (nosso) olhar ocidental e nos obriga a fazer reorientações epistemológicas no momento de trabalhar com materiais áudio (e) visuais. (Mingo, 2016, p. 130. Tradução Pessoal)¹².

Como a produção é realizada de maneira autogestionada, feita pelo povo, podemos falar em expressão ativa da comunicação, ou seja, o sujeito participa ativamente dos processos comunicacionais que o envolvem, produzindo novos sentidos a ela e reivindicando sua própria identidade. Esta maneira de fazer comunicação também possui uma dimensão socioeducativa que possibilita o sentimento de pertencimento e permite que os sujeitos desenvolvam habilidades capazes de interferir no mundo. Paulo Freire (2003), defendeu a inserção das mídias como ferramenta nos processos de aprendizagem e conhecimento não só na escola como na sociedade, atentando a sempre ser críticos diante delas, isto apontaria a teses políticas no sentido de quebra de manutenção de padrões coletivos, promovendo transformações sociais profundas. Concordando com estes apontamentos, Cicilia Peruzzo (2009) comenta que

A participação ativa do cidadão na feitura da comunicação, ou seja, na criação, sistematização e difusão de conteúdos e nos demais mecanismos inerentes ao processo comunicativo também é educativo porque possibilita que a pessoa sinta sujeito, e, como tal, se desenvolva intelectualmente, aprenda a compreender melhor o mundo e seja capaz de interferir no seu entorno e na sociedade como um todo, visando assegurar o respeito aos direitos humanos. (Peruzzo, 2009. p. 42).

Os povos indígenas possuem pautas urgentes que são historicamente negligenciadas pelos grandes meios de comunicação. Por isso, ao investir de poder sujeitos subalternizados que desafiam a violência da representação, e ao utilizar uma matriz epistemológica própria, desvinculada do imaginário ocidental, nasce um singular modelo de comunicação na forma cultural dos povos indígenas, enraizado num contexto de resistências aos ataques dos direitos constitucionais, à homogeneização cultural e comunicativa, plantados na resiliência e na defesa de uma comunicação múltipla, abrangente, democrática e popular.

¹¹ Espíritos sagrados que habitam na mata e cuidam do território sagrado. Toda pessoa que morre, encanta e volta ao território a brindar força aos irmãos.

¹² El surgimiento de culturas audiovisuales no occidentales supone una oportunidad única para desconstruir (nuestra) la mirada occidental y nos obliga a hacer reorientaciones epistemológicas a la hora de trabajar con materiales audio(y)visuales.

Ororubá Filmes: Um Projeto do Povo Indígena Xukuru do Ororubá

Como mencionado acima, o povo indígena Xukuru do Ororubá está localizado na zona rural do agreste pernambucano, na cidade de Pesqueira/PE. A etnia conta com mais de 11 mil indígenas divididos em 24 aldeias nos 27.555 hectares já demarcados. A comunidade possui um canal no *YouTube*, o “Ororubá Filmes” que conta com 4,5 mil inscritos, uma página homônima no *Facebook* com cerca de 7,7 mil curtidas e 8,6 mil seguidores da mesma, além disso, é encontrado também no *Instagram* com 4,4 mil seguidores e um *Podcast*, o “Ororubá Cast: um sinal de fumaça do povo Xukuru”, uma imagem metafórica que atualiza o sinal de fumaça como símbolo da comunicação indígena.

Trata-se de um exemplo bem-sucedido de produções de mídias feitas pelo povo, em seu território e para atender suas demandas próprias. As produções estão ganhando cada vez mais projeção e causando impacto positivo na comunidade desde que vem sendo realizadas em 2008. Primeiramente foi criado o Ororubá Filmes, uma iniciativa de lideranças Xukuru para envolver os jovens dentro das questões sociais de seu povo. Hoje, toda a produção midiática é realizada majoritariamente pela própria juventude, que produz Filmes documentários que circulam em Festivais e Cineclubes, audiovisual para redes sociais, transmissões ao vivo de Assembleias e diversos vídeos realizados a partir de mobilizações, atos culturais, entre outras atividades ligadas à luta da etnia.

Para os membros da comunidade, o objetivo de realizar essa produção é fazer uma Comunicação própria que envolva à população e transmita a perspectiva do povo Xukuru sobre fatos, atividades e cultura. A ideia é que povos tradicionais possam fazer comunicação sem interlocutores externos, uma estratégia vital para visibilizar direitos, ampliar as vozes e fazer resistência e enfrentamento ao monopólio da mídia hegemônica, colaborando no processo de descolonização do olhar ocidental sobre este povos, o que ajuda a expandir a multiplicidade de discursos e visões de mundo, além de colaborar para a auto representação dos sujeitos, a defesa da autonomia e a autogestão das redes locais de comunicação, com isso, a Ororubá Filmes mantém o *slogan*: “utilizando o que tem de moderno para fortalecer o que tem de ancestral”.

Ao realizar uma análise de conteúdo dirigida pontualmente à produção audiovisual veiculada no canal do *YouTube* “Ororubá Filmes”, foram considerados 69 vídeos que datam a partir do 21 de novembro de 2019 até 17 de junho de 2021. O intuito, ao visualizar e estudar o material, foi o de classificar os principais temas abordados e assim poder constatar ou não as

hipóteses formuladas no decorrer do documento, referente ao estímulo do fazer comunicação comunitária indígena.

No tocante às temáticas abordadas no material audiovisual analisado, veiculado no canal do *YouTube* “Ororubá Filmes”, concluímos que os assuntos mais relevantes nesse lapso de tempo para a comunidade foram: 1- organização educativa e sócio-política, que se dão através das transmissões de diferentes momentos das Assembleias anuais que tem lugar sempre no mês de maio, mesas de debate e sensibilizações em comunicação, educação, análise de conjuntura, direitos humanos e constitucionais, além da importância da atuação nas diversas instâncias comunitárias e institucionais como o “Coletivo de Mulheres Indígenas Xukuru”, “Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá” (COPIXO), “Conselho de Lideranças Xukuru do Ororubá”, “Coletivo de saúde Xukuru”, “Organização da Juventude Xukuru do Ororubá” (Poya Limolaygo) entre outros; 2- assuntos da comunidade, envolvendo conteúdos referentes à ações coletivas, como a construção do recinto sagrado *Mandaru* por parte da comunidade das diferentes aldeias, a “Casa de Sementes Mãe Zenilda”, a inauguração do “Polo da saúde Xukuru” e ações que envolvem o Cacique Marcos; 3 - difusão cultural, apresentando oficina de artesanias em barro, eventos como “Urubá Terra”, apresentações de teatro como a peça “Cana Brava: História de luta, resistência e aprendizagem”, e noites culturais com a divulgação de grupos musicais como o “Toypé do Ororubá”, “Flor de Jurema” e “Pandeiro do Mestre”, todos eles grupos de coco, “Maíra e Taína” poetisas de cordel, o cantor Sergio Amaral, entre outros; 4 – memória histórica, contemplando majoritariamente um material relacionado a Francisco de Assis Araújo “Cacique Xicão Xukuru”, cacique anterior que sofreu um atentado em 20 de maio de 1988 e pai de Marcos Xukuru, atual Cacique; 5 – campanha de conscientização e combate ao Covid-19, difundindo informação sobre a pandemia e os cuidados gerais que devem ser tomados para evitar a propagação do vírus, além de mostrar as ações que tem sido feitas diante das pessoas infectadas na comunidade; 6 – mobilizações, sendo especificamente para convite e participação em atos nacionais; 7 – agricultura, promovendo intercâmbio de conhecimentos e cobertura de eventos como a “Feira Orgânica Xukuru”; 8- momento sagrado, permitindo saber mais sobre suas crenças e cosmovisão, porém, esta é uma das categorias menos recorrentes. A continuação veremos no quadro a seguir, no qual a categorização sistematizada aparece de forma simplificada:

Quadro 1 – Temáticas dos vídeos da “Ororubá filmes” veiculados pela plataforma *YouTube*

Temáticas	Número de vídeos sobre o assunto
Organização educativa e sócio-política	21
Comunidade	14
Difusão cultural	11
Memória histórica	06
Conscientização e combate ao Covid-19	06
Mobilizações	04
Agricultura	04
Momento sagrado/espiritual	03

Fonte: a autora (2021)

Uma vez que o material foi classificado constatamos que, definitivamente, o propósito com o qual a “Ororubá Filmes” se gestou, lembrando que o projeto nasceu como forma de envolver os jovens dentro das questões sociais de seu povo, ainda se mantém firme e refletido nas suas produções, sendo que, como revelado no levantamento, uma das temáticas mais recorrentes nos vídeos produzidos e veiculados pela plataforma *YouTube*, é “Organização educativa e sócio-política”. Esta dimensão organizativa fortalece a estrutura de união no comum, na resistência como povo diante dos frequentes ataques aos direitos tanto humanos como constitucionais, ataques esses que não são de agora, mais que têm sido empregues desde a invasão do Brasil. Porém, no cenário atual, se agudizam com governos que prezam pelo extermínio das florestas, dos territórios e dos indígenas.

Com a segunda temática mais recorrente, “comunidade”, encontramos a ratificação do fazer comunicação comunitária dentro do explanado ao decorrer deste artigo, o sujeito participando ativamente dos processos comunicacionais que o envolvem, na contestação de direitos, na promoção da cidadania, na transformação social e principalmente na democratização da comunicação. Já na terceira, “Difusão cultural”, podemos perceber a importância desses materiais serem produzidos e protagonizados pela mesma comunidade indígena, pois ao se autorreferenciar, se reafirmam culturalmente, detalhando elementos importantes dentro da cena, do plano e do foco, palavras e nomes desses mesmos elementos perfeitamente pronunciados, atitude que culturalmente é de grande impacto para os membros do Povo Xukuru do Ororubá.

Considerações Finais

Neste artigo, intentamos apontar o valor da comunicação comunitária, principalmente a que é realizada por indígenas, a -Comunicação Indígena-, e mais detalhadamente do Povo Xukuru do Ororubá, mas alertamos que a síntese de uma linha tão rica e plural não pode ser demarcada com facilidade, precisamente por sua heterogeneidade, porém, o cuidado deve ser redobrado, evitando cair em banalizações e generalizações sobre o tema.

A provocação feita através dos exemplos das diferentes situações de produção audiovisual por parte dos povos Muisca, Arhuaco, Kumuã Ye'pamahsã e Xukuru do Ororubá, foi colocada, entre outros, para promover o exercício de reflexão ao se ver inserido na importância desses momentos e de repensar as ocasiões em que são criados produtos audiovisuais, esforçando-se por entender como seria se estivesse submerso neste tipo de práticas-rituais, com o entendimento vasto do momento e a sensibilidade à cerimônia que carrega determinada cultura.

A luta pelo reconhecimento em muitas variáveis indígenas, pode-se desdobrar do limitado entendimento das diferenças que a sociedade ocidentalizada tem, causando sérios desgastes físicos e psicológicos à população indígena, exigindo assim uma constante resiliência para saber se reinventar. Entendemos que as reivindicações devem ter classe e raça, mas a empatia precisa ultrapassar qualquer delimitação socialmente construída e exigir de vez uma sociedade que perceba os tocantes pluriétnicos e pluriculturais.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação**. Diálogos. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HALL, S. **Cultura e representação**. Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. Org. e Rev. Téc.: Arthur Ituassu. 260 p.

HALL, S. **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. El estereotipo como práctica significativa In Parte IV Identidad y Representación. Quito: Ed. Envió, 2010. Universidad Andina Simón Bolívar.

MacBRIDE, S. **Un solo mundo, voces múltiples**. Ed. Illus. 1980. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066> Acesso em 15.11.2020

MÁRQUEZ, M. C. **Revalorización cultural e identitaria de mujeres afrodescendientes e indígenas en radios comunitarias**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación N.º 140, abril - julio 2019 (Sección Monográfico, pp. 163-178).

MINGO, E. G. **Imágenes y sonidos del Wall Mapu**. El proyecto de descolonización del universo visual y sonoro del Pueblo Mapuche. EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N.o 35, septiembre - diciembre, 2016, pp. 125-151.

MOREIRA, A. MOREIRA, M. A Comunicação como um Direito Humano. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 06, Vol. 04, pp. 17-35. Junho de 2020. ISSN:2448-0959 Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/direito-humano> . Acessado em 13.04.2021 Acesso em 24.03.2021

PERUZZO, C. M. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. ECO-pós, 12(2): 46-61, maio/agosto 2009.

PERUZZO, C. M. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos 11(1): 33-43, janeiro/abril 2009.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Record, 142 p. 22-23.